



Sustentabilidade na educação ambiental: uma alternativa local, na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins

*Sustainability in environmental education: a local alternative
in the Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins*

*Sostenibilidad en la educación ambiental: una alternativa
local en la Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins*

Fábio Pessoa Vieira, Lucas Barbosa e Souza *

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Tocantinópolis, TO, Brasil

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, TO, Brasil

Resumo

Este artigo intenta apresentar outra possibilidade de compreensão sobre a sustentabilidade, na Educação Ambiental, tendo como suporte a fenomenologia e o pós-colonialismo. Para isso, o caminho escolhido é compreender a relação do homem com o ambiente, considerando como ponto deflagrador para tal, o envolvimento com o lugar. Esse envolvimento é entendido como uma perspectiva crítica à sociedade moderna e cientificista e à sua concepção de desenvolvimento, que implica na degradação ambiental. Logo, pensar sobre

* FPV: Doutorando em Ciências do Ambiente, e-mail: fabiopessoa@uft.edu.br
LBS: Doutor em Geografia, e-mail: lbsgeo@uft.edu.br

a sustentabilidade na Educação Ambiental é compreender que existe uma diversidade de sustentabilidades, construídas como produto das experiências humanas, a partir da relação de envolvimento com o lugar. Dessa maneira, a presente pesquisa buscou apresentar uma alternativa, de sustentabilidade local, ao conceito de desenvolvimento sustentável elaborado pela ONU. Tal alternativa foi descrita por intermédio de relatórios, elaborados por estudantes de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, em uma saída de campo realizada na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Lugar. Sustentabilidade Ambiental.

Abstract

This article tries to present another possibility of understanding about sustainability, in Environmental Education, supported by phenomenology and postcolonialism. For this, the path chosen is to understand the relation of man to the environment, considering as a trigger point for this, the involvement with the place. This involvement is understood as a critical perspective on modern and scientific society and its conception of development that implies environmental degradation. Therefore, thinking about sustainability in Environmental Education is to understand that there is a diversity of sustainability built as a product of human experiences from the relation of involvement with the place. In this way, the present research sought to present an alternative, of local sustainability, to the concept of sustainable development, elaborated by the UN. This alternative was described through reports prepared by students of Pedagogy at the Federal University of Tocantins, at a field trip in the Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

Keywords: Environmental Education. Place. Environmental Sustainability.

Resumen

En este artículo se pretende dar a conocer otra posibilidad de comprensión acerca de la sostenibilidad, la educación ambiental, la fenomenología apoyado y poscolonialismo. Para

ello, el camino elegido es comprender la relación entre el hombre y el medio ambiente, considerando como punto desencadenante de este compromiso con el lugar. Esta participación es vista como una perspectiva crítica a la sociedad moderna y cientificista y su concepción del desarrollo que implica la degradación del medio ambiente. Así que piensa acerca de la sostenibilidad en la educación ambiental es entender que hay una diversidad de sostenibilidades construidos como un producto de la experiencia humana de la relación de compromiso con el lugar. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo presentar una alternativa, la sostenibilidad local, el concepto de desarrollo sostenible, elaborado por la ONU. Esta alternativa ha sido descrito por los informes de los estudiantes de Pedagogía de la Universidad Federal de Tocantins, en un viaje de campo realizado en la Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

Palavras clave: *Educación ambiental. Lugar. Sostenibilidad del medio ambiente.*

Introdução

O discurso do desenvolvimento e do progresso, associado à ideia de desenvolvimento sustentável, como se este fosse homogêneo nos diversos espaços tempos, despreza as singularidades dos territórios, dos lugares e dos sujeitos. Tal homogeneização apresenta-se como uma imposição em uma relação colonial vigente no nosso mundo. Esta concepção de imposição refere-se ao fato de que a forma como se deve relacionar com o ambiente, de maneira exploratória e pautada por uma racionalidade econômica, ganha ênfase com a conformação do mundo moderno-colonial e se mantém até os dias atuais, potencializada pelo discurso do desenvolvimento sustentável.

Assim, a busca por outras possibilidades de sustentabilidade na educação ambiental, a partir de uma abordagem fenomenológica, e pós-colonial emerge de inquietações pedagógicas sobre o discurso e a imposição apontadas. Com isto, visamos destacar que o imposto na educação ambiental e mais especificamente na temática do desenvolvimento

sustentável suprime a escala local a partir da idealização da global. Esta supressão inviabiliza o envolvimento do homem com o lugar e, conseqüentemente, com o meio ambiente, e revela uma crise não apenas ambiental, mas também das formas de produção de conhecimento.

Logo, pensar em alternativas à sustentabilidade hegemônica na educação ambiental, apresentando uma sustentabilidade constituída no lugar, é permitir uma aproximação com a escala local, que propicie uma forma diversa e não hegemônica na produção do conhecimento. Por conseguinte, o objetivo deste estudo foi investigar como que estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) — Campus de Tocantinópolis — descreveram a sustentabilidade local em uma comunidade tradicional, a Reserva Extrativista — RESEX — do Extremo Norte do Tocantins. Esta RESEX, que situa-se ao Norte da Estrada TO-496 e ao sul do rio Tocantins e que foi criada pelo Decreto nº 535 de 20 de maio de 1992, foi o *lócus* de uma saída de campo, realizada nos dias 4, 5 e 6 de fevereiro de 2015.

O colonialismo no mundo e a produção do conhecimento

O mundo moderno-colonial teve o seu início, conforme aponta Porto-Gonçalves (2013), a partir da afirmação da Europa como centro hegemônico do mundo em meados do século XV. As bases para a consolidação deste mundo — ao terem como pilares a colonização do continente americano, a escravização de povos na América, sobretudo os indígenas, bem como negros trazidos da África, a conseqüente destruição das florestas deste continente, seja para a retirada de metais preciosos como ouro e prata, seja por causa das monoculturas, — deram início ao processo de espoliação da natureza em larga escala. Esse mundo baseou-se também na expropriação de diversos povos originários do seu território, criando territorialidades que servem ao interesse restrito dos países centrais que controlam o mundo moderno-colonial.

Historicamente, a exploração e expropriação dos povos do Sul pelos do Norte são constituídas de eventos que se superpõem ao longo do

espaço-tempo e estendem-se até os dias atuais, indo além das questões territoriais e étnicas, perpassando pela visão de mundo imposta pelo olhar hegemônico colonialista. Aqui os eventos são compreendidos como um “instante do tempo, dando-se em um ponto do espaço” (SANTOS, 2006, p. 93), que se dão em conjunto. Desse modo, alguns eventos na história do mundo modernocolonial — aqui alguns já apresentados como a base para consolidação deste mundo — permitiram a falsa ideia de um progresso e de um desenvolvimento global que pretensamente justificam a degradação da natureza.

E um dos eventos mais importantes para a consolidação do mundo moderno-colonial e de forte impacto na degradação ambiental foi o fortalecimento do paradigma científico da modernidade. Em nome de um discurso progressista, como um direito de todos, o paradigma moderno contribuía para fomentar o desenvolvimento pautado na extração e no consumo desenfreado dos recursos naturais, tornados mercadorias, provocando a degradação ambiental.

Leff (2006), ao tecer uma teorização sobre a crise ambiental, permite o pensar a possibilidade de construir outros caminhos, visando romper com o paradigma da modernidade.

[...] a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade (LEFF, 2006, p. 60).

Destarte, a perspectiva aqui trabalhada, ao construir outro caminho de produção de conhecimento, emerge da necessidade de compreendermos que pelo fato de a maior parte do mundo não estar incluída no ideal de progresso do mundo colonial é que existe a possibilidade de discutirmos a epistemologia pós-colonial, definida por Santos (2010) como:

[...] um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo (SANTOS, 2010, p. 28).

Com o pós-colonialismo, intentamos realizar um exercício de descolonização de uma maneira única de produzir cientificamente o conceito de desenvolvimento sustentável. Um exercício que permita delinear outras sustentabilidades que considerem as dimensões política, cultural, ética, e local, tendo em vista que a relação do homem com o ambiente é um território de construção complexo e heterogêneo.

Uma descolonização que auxilie na desconstrução do conceito de desenvolvimento sustentável. Conceito pensado como mais um elemento de colonização, não apenas dos lugares, mas, sobretudo, da produção de conhecimento, e que dificulta a compreensão das causas estruturais da crise ambiental. Ao ser construído pelos setores que controlam a política e a economia na sociedade moderna cientificista, legitimando o modelo desenvolvimentista vigente, o desenvolvimento sustentável, como algo imposto, retira a possibilidade de autonomia e as relações de pertencimento, construídas em diversas comunidades com o lugar.

Destarte o conceito — mais propagado — de desenvolvimento sustentável, proposto pela ONU e presente na obra *Nosso Futuro Comum* (1991), “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 9), será o conceito o qual buscaremos contrapor, por meio de uma perspectiva que vise apresentar uma sustentabilidade local.

Uma sustentabilidade que se baseie na assertiva de que uma relação do homem com seus pares e com a natureza proporciona um maior envolvimento com o lugar, compreendendo que homem e natureza são elementos constitutivos do ambiente, sem um pensar hierarquizante do homem *sobre* a natureza, e sim um pensar construído do homem *com* a natureza.

A fenomenologia como possibilidade na educação ambiental

Para prosseguirmos a discussão sobre uma alternativa local de sustentabilidade, ao desenvolvimento sustentável definido pela ONU,

utilizaremos a fenomenologia na perspectiva de valorizar o lugar, as experiências — experiências essas que possibilitam uma singularidade de saberes — e o vivido. Em tal contexto, a fenomenologia dará suporte para a compreensão de que é possível pensar em uma alternativa de sustentabilidade, a partir das experiências vividas de sujeitos, que em um mesmo território, possuem uma relação íntima com a natureza.

Ao emergir como uma corrente filosófica que se opõe, em especial ao método positivista, como, por exemplo, tratar o científico como tudo aquilo que é experimental e observado de fora, de modo objetivo, a fenomenologia visa romper com a perspectiva de validar o conhecimento, apenas pela objetivação. A sua fundação ocorre por meio dos estudos de Edmund Husserl, que em um viés filosófico passa a abordar a subjetividade, a dispensa das hipóteses e ao mesmo tempo a valorização das experiências vividas nos estudos científicos. Assim, a fenomenologia construída por Husserl, que se preocupa em investigar a essência dos fenômenos, passa a associar a ciência ao mundo vivido, não apenas como uma abordagem filosófica, mas sim na construção de um método que vai ao encontro das coisas, rejeitando as ideias pré-concebidas e que parte do eu, das subjetividades para produzir o conhecimento.

Galeffi (2000, p. 13) aponta que, para Husserl, a fenomenologia é o “caminho” que tem por “meta” a constituição da ciência da essência do conhecimento. Essa essência — que consiste na parte mais invariável do vivido e é anterior às experiências e imanente ao sujeito — dá-se em uma relação indissociável entre o ser e o ambiente que o circunda, entre a consciência e os objetos, as coisas, com as quais o homem está diretamente em contato. A essência, na fenomenologia husserliana, ocorre a partir de um retorno à consciência. Ainda com o aporte teórico de Galeffi (2000, p. 27), esse retorno consiste em investigar o próprio acontecimento das coisas e não considerar uma consciência em si, pronta e acabada.

Pela centralidade da fenomenologia ser o mundo vivido, faz-se preponderante nos envolvermos com a experiência, e, conforme Larrosa (2002, p. 20) afirma, a mesma é: “para cada qual, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida”. Em um mundo vivido e das experiências impossíveis

de se repetirem é que nos propomos a apresentar uma alternativa local à sustentabilidade como um ato singular, subjetivo e que seja constituído, com vistas a uma crítica ao desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento esse, que só reforça os interesses dos grupos — países e corporações — dominantes no atual espaço global, que impõem a sua maneira de progresso a esses lugares, e aqueles que não os alcançam são considerados “atrasados”.

O lugar emerge como um conceito que prioriza o sentimento de pertencimento e de envolvimento do homem com seu ambiente. Relph (1979, p. 17) ao apresentar uma definição de lugar, traz elementos que coadunam com este texto: “Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e de segurança”.

Desse modo, uma alternativa de sustentabilidade para a Educação Ambiental, ao ser elaborada a partir do lugar, com os mais variados saberes existentes no mundo, em um movimento dialógico com o outro, permite-nos colocar no campo das possibilidades concretas, em um viés humanista, uma ruptura com a certeza universal do desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade na Educação Ambiental

Na Educação Ambiental, *a priori*, os referenciais conduzem de maneira bastante homogênea à discussão de um possível desenvolvimento sustentável que serviria a todos os territórios, de forma igualitária, a partir da premissa de que todos pudessem alcançar um satisfatório desenvolvimento social e econômico. Essa matriz, ratificada pelo pensamento moderno-colonial, induz para que o desenvolvimento sustentável torne-se um discurso necessário, sobretudo, aos interesses dos segmentos hegemônicos de nossa sociedade que conduzem o planeta à degradação ambiental, dificultando as possibilidades existentes no lugar de construirmos um diálogo com saberes locais — que historicamente foram subjugados pelo conhecimento científico — que não conquistaram uma autonomia e validação de tais saberes.

Guimarães (2004) traz uma significativa reflexão a respeito do envolvimento de educadores e educandos no processo de conformação de uma Educação Ambiental diversa do modelo hegemônico, em uma efetiva *práxis* no processo educacional:

[...] dá-se grande importância ao papel participativo, atuante, do educando/educador na construção do processo de Educação Ambiental, envolvendo-se integralmente, domínio afetivo e cognitivo, com a realidade apresentada, vivenciando-a criticamente para atuar na construção de uma nova realidade desejada (GUIMARÃES, 2004, p. 32).

Para tanto, é preciso acreditar que as experiências que ocorrem fora dos espaços formais, especialmente nas escolas e universidades, podem constituir uma Educação Ambiental como a proposta por Guimarães. Assim, as observações empíricas possibilitam conceber uma sustentabilidade local, a partir do vivido.

O diálogo entre a fenomenologia e o pós-colonialismo visa propiciar uma ruptura com o modo de produção de conhecimento da modernidade, na medida em que tentamos visibilizar a existência de uma sustentabilidade local para a Educação Ambiental. Com a fenomenologia, buscamos, por intermédio de uma relação existencial e com as experiências vividas, apresentar uma sustentabilidade elaborada no cotidiano, que não se limite ao pré-definido das esferas governamentais, e que possa vir a ser constituída, não apenas na escola, bem como nos mais diversos territórios, em que haja uma íntima relação do homem com a natureza.

O pós-colonialismo, por sua vez, possibilita a emergência de saberes que historicamente foram tornados ausentes. Isto propicia a emergência de sustentabilidades alternativas, que destoem de um modelo hegemônico imposto pelo mundo moderno-colonial. Sustentabilidades que reconheçam as potencialidades culturais e a sociobiodiversidade do lugar.

Uma sustentabilidade alternativa

A perspectiva apresentada até aqui direcionou para o método fenomenológico, a partir da fenomenologia existencial de Merleau-Ponty, que visa à subjetividade como constituinte na produção do conhecimento, e que descarta o pré-concebido. A pesquisa teve como intuito apresentar uma sustentabilidade local, relatada por estudantes de uma disciplina optativa do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins—Sustentabilidade em Comunidades Originárias— que tinha como objetivo principal apresentar aos estudantes possibilidades de construção de outras sustentabilidades, para além do discurso do desenvolvimento sustentável.

A área da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, cujo bioma é o Cerrado, abrange três municípios: Sampaio, Buriti do Tocantins e Carrasco Bonito — neste último localiza-se 90% de sua área —, todos no Estado do Tocantins, na Região do Bico do Papagaio, chegando ao quantitativo de 9070,48 hectares de extensão. Nesta reserva, é a coleta do babaçu que move o vivido e garante a subsistência dos extrativistas, principalmente por meio da produção do óleo que é comercializado, em especial, para o mercado europeu, principalmente para indústrias de cosméticos e farmacêutica.

Para além desse uso primeiro, o babaçu torna-se um recurso importante para a subsistência das famílias dos municípios que englobam a RESEX, sobretudo, as que são beneficiárias diretas da extração daquele — o que atualmente representa cerca de 200 famílias. Com isso, o babaçu é utilizado: como carvão vegetal, produzido a partir do seu epicarpo (casca); para mingau de seu amido, encontrado no mesocarpo; para construção de telhados, esteiras; e para confecções de outros artesanatos, tendo como base as suas folhas.

Na saída de campo, ocorrida em três dias, os vinte estudantes, vinculados à disciplina em questão, buscaram conhecer o modo de vida dos extrativistas, a partir de diálogos com os comunitários, a saber: o gestor do ICMBio; as quebradeiras de coco e seus familiares; e o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, na tentativa de compreender a importância da RESEX, para se pensar sustentabilidades locais, considerando que estas possibilitam aos estudantes ampliarem o seu repertório sobre a Educação Ambiental, para além do discurso hegemônico.

Como parte da avaliação da disciplina, os estudantes produziram, em grupos, um relatório referente à saída de campo. Para produção desses relatórios, os mesmos foram orientados a trabalhar com a técnica de entrevistar os sujeitos, já citados, na perspectiva de compreender existencialmente uma sustentabilidade local.

Para a execução da pesquisa fenomenológica, os cinco relatórios produzidos pelos estudantes foram analisados. Ao realizar as leituras dos relatórios de campo, buscou-se compreender as descrições dos estudantes, que revelassem aspectos referentes a uma sustentabilidade local. Com a aplicação do método fenomenológico, iniciamos com a *epoché*, e buscamos abster-nos de emitir um entendimento prévio sobre o que venha a ser a sustentabilidade.

A partir de então, foi realizada a redução à essência ou redução eidética. Para Garnica (1997), o objetivo dessa redução é excluir o conhecimento prévio do fenômeno, para estar na experiência concreta da vivência, por meio das descrições sobre a relação com o lugar. Uma redução que é: “a resolução de fazer o mundo aparecer tal como ele é antes de qualquer retorno sobre nós mesmos” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 13).

Aqui estarão presentes alguns trechos que representam duas unidades de significação que emergiram com mais potência nos relatórios: a *comunidade*; e o *diálogo de saberes*.

O trabalho teve por finalidade, descrever e refletir acerca da sustentabilidade perpassando por elementos que compõe o cotidiano das comunidades ligadas à RESEX, e assim promover bases reflexivas sobre outros saberes, importantes para a configuração de um fazer docente mais crítico (RELATÓRIO 1, descrição sobre diálogo de saberes, produzido em 4 mar. 2015).

A realização da saída de campo justifica-se pela importância de propiciar aos futuros profissionais docentes, o contato direto com um contexto empírico que lhe propicie refletir sobre outros saberes, diferentes do científico, bem como a possibilidade de pensar e discutir a sustentabilidade por meio de práticas cotidianas organizadas no interior de comunidades, analisando criticamente os espaços e construir a partir de então, uma percepção que ultrapasse a ótica do discurso sustentável fomentado pela lógica capitalista (RELATÓRIO 3, descrição sobre diálogo de saberes, produzido em 2 mar. 2015).

Nos trechos dos relatórios 1 e 3, os estudantes descrevem que ir a campo, conhecer a realidade de uma comunidade, no caso a RESEX, possibilita um caminho mais subjetivo — ao trabalhar com o vivido, com as experiências —; e plural — na medida em que amplia o seu repertório de aprendizado ao dialogar com outros saberes — na sua formação como docente.

Questões referentes à temática da sustentabilidade como comunidade e saber, tão próximas de uma Educação Ambiental constituída com o lugar, estão presentes nos relatos. Sem deixar de se contextualizar no mundo, tais questões emergem como um contraponto à lógica do desenvolvimento sustentável, em voga no modelo moderno-colonial de produção de conhecimento, ao permitir uma análise cotidiana de práticas sustentáveis possibilitando conceber a sustentabilidade de maneira diversa do modelo hegemônico trabalhada na Educação Ambiental.

Residentes de 04 comunidades, entre as quais: Vinte Mil, Centro Firmino, Cacheado, Centro do Ferreira, que estão situadas no entorno da RESEX são beneficiários da extração do coco babaçu, principal produto natural com vegetação predominante, os quais organizados por meio da Associação da Reserva Extremo Norte do Tocantins (ARENT) utilizam o babaçu como fonte de renda (RELATÓRIO 2, descrição sobre comunidade, produzido em 2 mar. 2015).

A Associação dos Beneficiários da RESEX tem por principal atividade de produção de renda a extração do óleo da amêndoa do coco babaçu, coletada semanalmente com as quebradeiras, todavia a matéria prima é utilizada de várias formas e atende diversas finalidades, tais como: fabricação de sabão, ração para animal. Em outras palavras, como expressa Lino Rocha de Oliveira (RELATÓRIO 4, descrição sobre comunidade, produzido em 2 mar. 2015).

Em seguida o Sr. Lino Rocha (gestor do ICMBIO) falou um pouco sobre a comunidade, destacando que: “– O mais interessante dessa comunidade é porque essa daqui ela tem o espírito de comunidade mesmo, você consegue juntar as pessoas, você consegue reunir, conversar mais com as pessoas (RELATÓRIO 5, descrição sobre comunidade, produzido em 3 mar. 2015).

Nos trechos dos relatórios 2, 4 e 5 as descrições dos estudantes sobre o senso comunitário existente na RESEX revelam que há de comum a constituição de uma cultura no que se refere a um conjunto de sentidos e práticas que fundamenta a vida daqueles que produzem o território e que se relacionam *com* ele e não *sobre* ele. Tais práticas se dão na relação dos comunitários com o seu ambiente e com o recurso natural que dá sentido a esse senso comunitário, o babaçu.

Nos trechos anteriores há a descrição que do coco babaçu muito se aproveita. Mesmo com a finalidade de produzir o óleo para comercialização, deste mesmo fruto é possível originar outros produtos para a comercialização — sabão — e para o próprio uso no lugar — ração animal.

Isto permite desvelar, a partir do vivenciado pelos estudantes, que a sustentabilidade em uma relação *com* o meio ambiente se materializa nas ações cotidianas, e se constitui como uma alternativa ao desenvolvimento imposto pelo mundo moderno-colonial. Propicia aos estudantes, também, um pensar que a Educação Ambiental pode se constituir com outros saberes a partir de uma abordagem diversa do paradigma hegemônico.

Considerações finais

A pesquisa tentou apresentar uma alternativa, de sustentabilidade local, ao conceito de desenvolvimento sustentável, elaborado pela ONU. Para tanto, tal alternativa foi descrita por intermédio de relatórios elaborados por estudantes de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, em uma saída de campo realizada na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

Uma sustentabilidade deflagrada por intermédio das experiências, vivências e do envolvimento de uma comunidade tradicional, que possuem uma forma singular e diversificada de se viver com o ambiente, distante da forma autoritária e hegemônica construída pelo paradigma da sociedade moderna e cientificista.

Dessa maneira, trazer neste estudo uma alternativa local de sustentabilidade visa também, à educação ambiental, o pensar essa educação a partir de um diálogo de saberes, e das experiências de diversos sujeitos. Assim, compreendemos que realizamos uma crítica à forma de produção de conhecimento

do mundo moderno-colonial e como essa visão de mundo refletiu diretamente na relação com o meio ambiente, dominada por uma racionalidade econômica que objetiva a natureza, reduzindo as possibilidades de envolvimento e pertencimento do homem com o lugar.

Assim, trabalhar com as subjetividades tendo como suporte a fenomenologia foi uma tentativa de compreensão de que aquilo que tem sido imposto sobre o desenvolvimento sustentável é uma supressão da escala local a partir da idealização da global. Por conseguinte, compreendemos que a homogeneização do discurso do desenvolvimento sustentável revela uma crise não apenas ambiental, mas também das formas de produção do conhecimento, na medida em que destaca o conhecimento, constituído pela objetivação científica, como uno. Apoiados no pós-colonialismo acreditamos que um diálogo de saberes no/com o lugar propicia a compreensão de uma sustentabilidade local, rompendo com o pensamento produzido pela sociedade moderno-colonial, que despreza os diversos saberes.

Por fim, é que nos permitimos, no campo das possibilidades, pensar em uma alternativa de sustentabilidade constituída no lugar, para a educação ambiental que tenha como referência aspectos políticos, culturais, éticos a partir da relação do homem com o seu ambiente. Uma sustentabilidade local, que possa ser constituída com a premissa de que o sustentável está para além do viés econômico mercadológico, e que inclua em sua definição a riqueza dos saberes e da sociobiodiversidade já existentes, em diversas comunidades e lugares.

Referências

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GALEFFI, D. A. O que é isto — A fenomenologia de Husserl? *Ideação*, Feira de Santana, n. 5, p. 13-36, 2000.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. *Interface — Comunicação, Saúde, Educação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 109-119, 1997.

- GUIMARÃES, M. *A formação de educadores ambientais*. Campinas: Papyrus, 2004.
- LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 19, p. 20-28, 2002.
- LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A Globalização da natureza e a natureza da globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- RELPH, E. As Bases Fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.
- SANTOS, B. S. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, M. *A Natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Recebido: 15/08/2017

Received: 08/15/2017

Recibido: 15/08/2017

Aprovado: 28/09/2017

Approved: 09/28/2017

Aprobado: 28/09/2017